

## **POBREZA E DESEMPREGO NO BRASIL: A EXCLUSÃO GLOBALIZADA <sup>1</sup>**

ALDO PAVIANI <sup>2</sup>

Ao se tratar da exclusão sócio-espacial, consideram-se os diversos aspectos geográficos e sócio-econômicos bem como os desafios a enfrentar, como o desemprego, quando a população mundial chega a seis bilhões<sup>3</sup>. De modo geral, divulgam-se na mídia previsões de crescimento populacional, com sutil enfoque malthusiano, pois é destacado que a população cresce mais onde há pobreza, fome e subdesenvolvimento nas condições básicas de água tratada, moradia, educação, saúde, saneamento etc. A imprensa<sup>4</sup> destaca os problemas econômicos da pobreza de forma inversa, argumentando que «a pobreza prejudica os negócios», visto que «chegaremos ao ano 2000 com 1,5 bilhão de pessoas sobrevivendo com o equivalente a menos de um dólar por dia»<sup>5</sup>. Os negócios (ou a macroeconomia) aumentando a pobreza/miséria em diversos pontos do planeta não são considerados. Embora haja uma crítica à teoria de Malthus, a imprensa salienta o fato de que «97% do crescimento populacional acontece hoje nos países subdesenvolvidos, onde os índices de escolaridade, os serviços de saúde e o planejamento familiar ainda são muito precários. É uma desigualdade brutal: os mais pobres (80% da população mundial), detêm apenas 20% da riqueza»<sup>6</sup>.

Estas abordagens com viés econômico/demográfico, não salientam, sequer referem, o dado concreto do manancial da pobreza e do subdesenvolvimento: a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à Revista FINISTERRA, em homenagem ao Prof. ILÍDIO DO AMARAL.

<sup>2</sup> Prof. Titular aposentado e Pesquisador Associado ao Departamento de Geografia e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília.

<sup>3</sup> O *Correio Braziliense* (12/10/99, p 3) divulga, de acordo com cálculos da ONU, que, com o nascimento de um menino, às 0:01, no «Dia da Criança», em Sarajevo/Bósnia-Herzegovina, somos 6.000.000.000.

<sup>4</sup> A evolução do emprego/desemprego e problemas correlatos têm tido cobertura cotidiana em jornais, revistas e redes de televisão. Iremos aproveitar material de imprensa, observando que ele reflete o pensamento do empresariado, do governo e dos trabalhadores, nem sempre nesta ordem.

<sup>5</sup> Cf. artigo em VEJA, Ano 32, N. 38, edição 1.616, de 22 de Setembro de 1999, p.124, sob o título «As raízes da nova pobreza são antigas».

<sup>6</sup> Ver «O bebê número 6 bilhões», VEJA, Ano 32, N. 39, edição 1.617, de 29 de Setembro de 1999, p. 84.

forma como se deu a colonização de muitos dos atuais países pobres e de como persistem mecanismos de manutenção da dependência econômica pelos receituários da banca internacional e dos mecanismos extrativos do capitalismo contemporâneo. Refere-se na mídia a questão da baixa renda dos pobres, renda insuficiente para o consumo, mas nenhuma referência se faz às formas de produção, pelo lado da retribuição ao trabalho humano. Se não há distribuição de renda e dos demais bens e serviços socialmente produzidos, logicamente não há consumo ou há consumo compatível com uma 'renda' de «um dólar por dia»... A análise do quadro mundial de pobreza deveria dar mais ênfase ao subaproveitamento da força de trabalho, onde a produção não cria novos postos de trabalho (no campo e na cidade) ou sonega novas vagas, sob a forma de lacunas de trabalho, como já tratamos repetidas vezes <sup>7</sup>.

No caso de países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina e África, a oferta de bens e serviços necessários não acompanha as demandas das massas populacionais. Há carências no setor habitacional, a oferta de postos de trabalho é insuficiente, a fome se estende por vastos territórios, a educação e os cuidados com saúde pública não cobrem largos estratos populacionais em todo o ecúmeno. Há de se considerar ainda os modelos sócio-econômicos adotados em muitos contextos, geradores de pobreza e miséria por serem extrativos e excludentes. Como salientamos em outro artigo, «o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos sofre com políticas governamentais neoliberais, atreladas à ânsia de modernidade, seguindo padrões impostos externamente. (...) (No Brasil) as políticas governamentais, paradoxalmente, alardeiam a formulação de programas para a geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que estimulam a demissão 'voluntária' na esfera da União, o chamado DPV (Programa de Demissão Voluntária), atitude que é imitada por governos estaduais, que progressivamente possuem menores dotações orçamentárias para investimentos em atividades e novos empregos demandados por uma PEA que se amplia.» <sup>8</sup>

## OS AGENTES DO DESEMPREGO/LACUNAS DE TRABALHO

Segundo alguns autores, a «globalização» é a responsável pelo que acontece em diversos contextos em termos de fraco desempenho da economia, gera-

---

<sup>7</sup> A questão do desemprego/lacunas de trabalho é tratada em diversos artigos de nossa autoria como em VASCONCELOS e SILVA (orgs.) *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador, Mestrado em Geografia, UFBA, 1999, pp. 205 a 214 e «Exclusão social pelo desemprego/lacunas de trabalho», apresentado no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, de 21 a 24 de Outubro de 1997 e em «Tecnologias, lacunas de trabalho e políticas públicas urbanas», apresentado no VII Encontro Nacional da ANPUR, Recife, de 26 a 30 de Maio de 1997.

<sup>8</sup> PAVIANI, A. «Exclusão social pelo desemprego/lacunas de trabalho». Trabalho apresentado no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador, 21 a 24 de Outubro de 1997.

dora desemprego e fome, uma vez que, nesses territórios, não há produção voltada para a exportação, nem distribuição no mercado interno, que proporcione desenvolvimento econômico. Mais uma vez não se vai ao âmago dos sistemas econômicos nem se procura interpretar a lógica dos diferentes atores para avaliá-los e criticá-los. Em tese, os agentes econômicos, sobretudo a especulação financeira, procuram lucros rápidos e, na década de 90, chegam-se a detectar 'capitais voláteis', que se instalam nos países subdesenvolvidos não nos setores produtivos, mas nas bolsas de valores para aumentar a lucratividade no menor espaço de tempo e com maior segurança e confiabilidade. Para que isto aconteça, agentes econômicos transnacionais impõem técnicas e normas às frágeis economias dependentes. Chegam a conceder empréstimos, condicionados a reformas na legislação ou à absorção de novas tecnologias. Com novas legislações e aparato técnico, esses agentes 'investem' seu capital especulativo para auferir lucros ao redor do mundo.

Tal como acentua MILTON SANTOS «o uso extremado das técnicas e a proeminência do pensamento técnico conduzem à necessidade obsessiva de normas. Essa plethora normativa é indispensável à eficácia da ação. Como, porém as atividades hegemônicas tendem a uma centralização, consecutiva à concentração da economia, aumenta a flexibilidade dos comportamentos, acarretando um mal-estar no corpo social». Ainda, segundo SANTOS, «a tirania do dinheiro e da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. (...) Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise»<sup>9</sup>. São justamente os países subdesenvolvidos, carentes de poupança interna, que mais se submetem à regulação vinda do exterior. Essa regulação visa a estabilidade, nos ambientes em que um somatório de crises se perpetua. Desse modo, é exigido nesses países que se façam reformas na legislação vigente, ao mesmo tempo que o sistema financeiro internacional sugere flexibilidade na legislação para a remessa de lucros, muitas vezes antecedida de isenção fiscal e tributária. Com isto, as crises não ficam resolvidas, ao contrário, aprofundam-se. É por isto, segundo CRISTÓVAM BUARQUE, que «o sistema financeiro mundial passou a ser um só, sem fronteiras. A crise em um mercado repercute, sem qualquer intervalo de tempo, em todas as praças»<sup>10</sup>. A crise dissemina-se como mais um sintoma da globalização.

A crise que abala o sistema financeiro nos países dependentes, cresce à medida que os investimentos giram pelo mundo, sem normas ou com normas prejudiciais aos países que os acolhem. Neste sentido, segundo CHOMSKY,

---

<sup>9</sup> SANTOS, M. «A normalidade da crise», publicado na *Folha de São Paulo*, edição de 26 de Setembro de 1999, p. 5-3, Caderno MAIS.

<sup>10</sup> BUARQUE, C. – *A Cortina de Ouro. Os sustos do final do século e um sonho para o próximo*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 27.

«houve também uma enorme expansão do capital desregulado no mundo. Em 1971, Nixon desmantelou o sistema Bretton Woods, desalinhando assim as moedas. Essa e muitas outras mudanças expandiram tremendamente o volume de capital desregulado no mundo, acelerando a chamada globalização (ou internacionalização) da economia (...), o que reduz as oportunidades de mão-de-obra produtiva em seu país de origem. É uma forma de aumentar os lucros corporativos. O que é muito mais fácil de fazer com um fluxo livre de capital, avanços nas telecomunicações, etc.»<sup>11</sup> Como se percebe, andam de mãos dadas a imposição de normas pela banca, a desregulação dos capitais especulativos, a onda neoliberal de privatizações de: sistemas telefônicos, geração de energia elétrica, empresas de produtos de base (como o da siderurgia e de extração de minérios), bancos estatais, etc., tudo para «retirar do Estado» setores passíveis de apropriação por empresas multinacionais (ou mesmo por estatais de países desenvolvidos, caso da venda do sistema brasileiro de telefonia, em 1998). Nestas privatizações, logicamente, a legislação favorecerá os compradores externos, quando não recebem financiamento de bancos estatais, a juros subsidiados, de longo prazo, como foi o caso brasileiro nos anos 90. Em transações como estas não se estipulam regras para a remessa de lucros e dividendos ao exterior, nem se prevê a necessidade de criação de novos postos de trabalho nas empresas privatizadas. Este foi o caso da onda de privatizações, no Brasil, a partir de meados dos anos 90, quando setores e/ou empresas estatais, ao sabor de teses neoliberais, foram sendo repassados para compradores externos em termos altamente prejudiciais ao país, sem nenhuma garantia de geração de empregos novos. Nesses episódios, a imprensa foi pródiga em noticiar: a) a eliminação de postos de trabalho nas empresas privatizadas, sob o argumento de «ajustes» na administração, a despeito de protestos dos demitidos; b) a facilidade de remessa de lucros ao exterior por parte das novas direções dessas empresas.

Em resumo: o agente estatal desemprega, frente ao que lhe é imposto pelas ações globalizantes. Em certos casos, não apenas desempregam como ajustam suas economias desfavoravelmente para as massas trabalhadoras. Por seu turno, o agente empresarial, no afã de obter lucros, também ajusta seu esquema produtivo ou de prestação de serviços, quando absorve tecnologias de ponta, poupadoras de mão-de-obra. A massa trabalhadora acaba, via sindicatos, concordando com novas legislações que eliminam as conquistas na legislação trabalhista ante a ameaça de desemprego. No caso brasileiro, a nova legislação mantém os empregos por um ano, no máximo. Decorrido este prazo, o desemprego será inevitável, além da perda de outras garantias trabalhistas como carteira assinada, férias anuais, horas extras e outros benefícios na legislação modificada.

---

<sup>11</sup> CHOMSKY, N. *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. Brasília, Editora UnB, 1996, p. 12.

Nos anos 90, as estratégias da indústria automobilística brasileira exemplificam o descaminho para o desemprego: em fins de 97, a pretexto de 'ajustes no ABC', as montadoras multinacionais iniciam um processo de 'reformas', inclusive de ordem locacional/operacional que apontam nitidamente para o desemprego<sup>12</sup>. No início de 1998, enquanto se divulgava que «as montadoras queriam cortar custos», os resultados se apresentavam em dois movimentos: no primeiro, «empresa economizava R\$ 45 mil com contratos temporários»; no segundo, «os metalúrgicos trocavam benefícios por emprego»<sup>13</sup>. Estas estratégias, logicamente, tiveram repercussão negativa no mercado de trabalho, redundando em desemprego, tanto que, no conjunto das montadoras a esperada redução de postos de trabalho, até o ano 2000 se contava aos milhares<sup>14</sup>. Enquanto isto, os operários se mantinham vigilantes e ameaçavam com movimento grevista em 1999, com a paralisação de 100 mil trabalhadores. A greve já seria uma resposta à situação geral da indústria brasileira, que, «no primeiro semestre de 1999, teve uma redução de 9% nos empregos»<sup>15</sup>, resultado dos ajustes e corte de custos nos diferentes setores produtivos, como foi referido acima.

## A LÓGICA DO DESEMPREGO NO FINAL DO SÉCULO XX

A lógica do desemprego neste final de século está na raiz das racionalidades aventadas por MILTON SANTOS ao referir-se a «produção de carências e de escassez»<sup>16</sup>. Admite-se que, ao se produzir escassez, pela eliminação de postos de trabalho, reduzem-se também os produtos. Estes, mais escassos no mercado, terão seus preços elevados porque a procura será maior que a oferta. Se a eliminação de postos de trabalho se deu com o emprego de novas tecnologias, pode-se prever não apenas o desemprego como o incremento do lucro das empresas. Nesta lógica, o produto não se destinaria à massa trabalhadora que auferia baixos salários, mas a uma minoria possuidora de maior poder aquisitivo.

---

<sup>12</sup> Ver «Ajuste no ABC» (Volkswagen vai reformar fábrica e operários podem perder o emprego), *VEJA*, n. 1525, de 10/12/1997, Ano 30(49): 122-125.

<sup>13</sup> Série de matérias no Caderno Economia do *Correio Braziliense*, edição de 15/1/1998, pp. 15 a 17.

<sup>14</sup> Notícia da *Folha de São Paulo*, edição de 11/1/1998, p. 2-9, indicava: «Montadoras devem demitir 30 mil até 2.000.»

<sup>15</sup> Ver «Contradições do mercado brasileiro», *Revista Manchete*, n. 2.470, edição de 14 de agosto de 1999, pp. 12 a 15.

<sup>16</sup> SANTOS, M. «A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual». Conferência pronunciada em 11/11/99, por ocasião da outorga do título de Professor *Honoris Causa* pela Universidade de Brasília.

Com raciocínio assemelhado, BUARQUE (1995:32) salienta: «Nos *países-com-maioria-rica*, criou-se uma sociedade de abundância, ao mesmo tempo em que o desemprego e a falta de perspectiva jogavam na marginalidade uma parcela da população, especialmente de jovens. Nos *países-com-maioria-pobre*, a situação é muito mais grave, porque, ao lado da riqueza de uma elite minoritária, que muitas vezes supera a ostentação dos ricos dos *países-com-maioria-rica*, observa-se um empobrecimento ainda mais drástico da população, que se antes não consumia bens industriais, agora nem ao menos come»<sup>17</sup>. Em outras palavras, retorna-se à denúncia de SANTOS: «O que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído»<sup>18</sup>. Desta forma, pelo lado do trabalho, a desigualdade, criada nos tempos de globalização acelerada, significa também seletividade na manutenção e/ou criação de empregos em áreas de elevado uso de tecnologias. Na base da pirâmide ocupacional, com uso da força muscular, as tecnologias desempregam, sobretudo desempregam operários com baixa escolaridade. No topo da pirâmide, há incremento da produção seletiva e, portanto, do emprego dos que se prepararam intelectual e tecnicamente para o novo 'modelo' a que se submetem os países globalizados.

Deste processo se infere que os que trabalham são virtualmente «possuidores» e os empregados a baixos salários e/ou desempregados se constituem em «não possuidores»<sup>19</sup>. Ambas as expressões caracterizam o final do século XX, muito à semelhança do final do século XIX, quando as máquinas a vapor introduzidas no setor industrial produziram trabalhadores excluídos das fontes de trabalho, dando-se início à formação do «exército de reserva» ou, em outros termos, ao acúmulo das massas proletárias, os excluídos da produção e do consumo ou, como indica MILTON SANTOS, os «possuidores» e os «não possuidores». Ademais, a modernização criou produtos descartáveis, de vida efêmera. Por moda ou por rotação de materiais, com a ajuda da ciência e da técnica, setores produtivos e de serviços criam necessidades, tornando obsoletos similares de uso corrente. Mas as sucessivas substituições não chegam aos não-possuidores, o que limita a compra e/ou uso de produtos/serviços. Além da contração do consumo, esse procedimento do mercado não incrementa a criação de novos postos de trabalho, sendo desprezível sua influência no setor empregatício. Os dados recentes para o caso brasileiro são indicadores deste processo de obsolescência, que necessita de pesquisa direta para ser desvelado (assim como as lacunas de trabalho, que não constam nas estatísticas oficiais e que, por isso, requerem trabalho de campo para serem detectadas).

<sup>17</sup> BUARQUE, C. – *A Cortina de Ouro – Os sustos... op. cit.* p. 32.

<sup>18</sup> MILTON SANTOS, conferência referida na nota 16.

<sup>19</sup> «Possuidores» e «não possuidores» são expressões de Milton Santos, conforme nota 16.

## DESEMPREGO NO BRASIL E EM BRASÍLIA

As teorizações e constatações anteriores, nos levam, nesta seção, a nos ocuparmos com a cronologia do desemprego no Brasil e em Brasília e como o comportamento do mercado de trabalho se traduz nas estatísticas. Nos apoiaremos em dados levantados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP) para algumas metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Brasília. Explica-se que, para as instituições que elaboram a PED, o desemprego (total) é o somatório do «desemprego aberto» (pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias e não trabalharam nos 7 dias anteriores à entrevista), «desemprego oculto pelo trabalho precário» (pessoas que, em simultâneo à procura de trabalho, realizaram algum tipo de atividade descontínuo e irregular) e «trabalho oculto pelo desalento» (pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar) <sup>20</sup>.

Na cronologia do desemprego, se comparam os dados de 1995/1996, de trabalho prévio <sup>21</sup>, e as estatísticas de 1998/1999, conforme Quadros abaixo.

No primeiro bloco, São Paulo ultrapassava o milhão de desempregados, em Setembro de 1995 e chegava a 1.322.000, em Agosto de 1996. Também conforme a Quadro I, todas as metrópoles possuíam mais do que cem mil desempregados, em Setembro de 1995. Em Agosto de 1996, Belo Horizonte chegava a 230.000 desempregados e Porto Alegre, aproximava-se dos 200.000. Em resumo, de 95 a 96 o desemprego era crescente em todas estas grandes cidades brasileiras, conforme Quadro I.

QUADRO I  
PEA e desemprego em cinco metrópoles brasileiras – 1995/96

Cidade	Desempregados			Taxas de desemprego total (%)		
	PEA	Set/95	Ag/96	Set/95	Ag/96	Set/96
Distrito Federal	834.900*	127.600	151.300*	15,9*	17,5	17,5
Belo Horizonte	1.665.000	s/d	230.000	s/d	13,7	12,8
Curitiba	1.034.000	114.000	139.000	11,3	13,5	13,4
Porto Alegre	1.513.000	183.000	197.000	12,2	13,0	12,9
São Paulo	8.543.000	1.086.000	1.322.000	13,3	15,5	14,8

Fontes: DIEESE. *Boletim DIEESE*. São Paulo, XV (188): 34-52, Setembro de 1996.

\* CODEPLAN – «*Pesquisa de Emprego Desemprego no DF (PED)*». *Resultados*, Junho/96.

s/d – Dado não disponível na fonte.

<sup>20</sup> SEADE/DIEESE «Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil», Maio de 1996.

<sup>21</sup> Referido na nota 7 : «Tecnologias, lacunas de trabalho e...», *op. cit.*

Nestes quantitativos (Quadro I) se mantêm taxas elevadas de desemprego total em relação à PEA de Setembro de 1996: 14,8 %, em São Paulo; 17,5%, em Brasília; 12,8%, em Belo Horizonte; 13,4, em Curitiba e 12,9, em Porto Alegre <sup>22</sup>. Estes percentuais apresentam ligeira redução em confronto com os do mês de Agosto de 1996, mas são mais significativos se comparados com os de Setembro de 1995. Isto demonstra o incremento do desemprego, antes referido. Para São Paulo, dados do DIEESE, divulgados em fins de Janeiro de 1997 <sup>23</sup>, demonstram ligeira queda da taxa de desemprego entre Setembro, 14,8%, e Dezembro de 1996, que ficou em 14,2%, sendo atribuído a «fenômeno sazonal». Com isto, a capital paulista apresentou a elevada média de desemprego: 15,1% para 1996» <sup>24</sup>.

No segundo bloco de estatísticas (1998/1999), conforme Quadro II, verifica-se continuado incremento do desemprego. São Paulo, por exemplo, que em Agosto de 1996, possuía 1.322.000 desempregados ou 15,5% da PEA, passou a 1.621.000 ou 18,5% da PEA, em Setembro de 1998 e 20,1% da PEA, em Julho de 1999. Em outras capitais, o incremento do desemprego também foi significativo. Brasília, em 1996, tinha 151.300 desempregados ou 17,5% da PEA, passou a ter 161.300 ou 18,7% da PEA, em 1998 e 23%, em Julho de 1999. Belo Horizonte não fugiu à regra da elevação do desemprego vigente no país: de 230.000 desempregados, em Agosto de 1996 ou 12,8%, passou a 301.000 ou 15,8% e a 18,9 % em Julho de 1999 (Quadro II).

#### QUADRO II

##### PEA e desemprego em cinco metrópoles brasileiras – 1998/99

Cidade	PEA		Desempregados	Taxas de desemprego total (%)	
	Set/98(1)	Set/99(2)		Set/98(1)	Jul./99(2)
Brasília (DF)	861.200	883.900	161.300	18,7	23,0
Belo Horizonte	1.908.000	s/d	301.000	15,8	18,9
Porto Alegre	1.680.000	1.764.000	267.000	15,9	19,4
Recife	1.424.000	1.466.000	310.000	21,8	s/d
Salvador	1.394.000	s/d	357.000	25,6	29,3
São Paulo	8.762.000	8.934.000	1.621.000	18,5	20,1

Fontes: (1) DIEESE. *Boletim DIEESE*. São Paulo, **XVIII** (211): 4-5, Jan/Fev/1999.

(2) CODEPLAN – «*Pesquisa de Emprego Desemprego no DF (PED)*». *Resultados*, Set/99, p. 6.

<sup>22</sup> Ver DIEESE. «Em Setembro, desemprego cai e ocupação se estabiliza». *Boletim DIEESE*, São Paulo, **XV** (188): 34-52, Setembro de 1996.

<sup>23</sup> Ver editorial da *Folha de São Paulo*, «Procuram-se vagas», edição de 27/01/97, p. 1.2.

<sup>24</sup> De acordo com nosso artigo referido na nota 7: «Tecnologias, lacunas de trabalho e...», *op. cit.*

A situação do desemprego começa a ficar crítica para algumas das metrópoles, como é o caso de Salvador, com 29,3% da PEA desempregada, São Paulo, com 20,1%, Distrito Federal (Brasília), com 23% e Porto Alegre, com 19,4%, em Julho de 1999 (Quadro II). No caso de Brasília, os desempregados são 186.900, em Setembro de 1999 (Quadro III), podendo-se contar com estatísticas mais pormenorizadas. Dos 21,1% desempregados, desdobram-se as seguintes categorias: desemprego aberto 13,8% (ou 121.800 pessoas); desemprego oculto pelo trabalho precário: 4,2% (ou 37.600 pessoas) e desemprego oculto pelo desalento: 3,1% (ou 27.500 desempregados), conforme o Quadro III. Embora Brasília não tenha atingido os 40 anos de existência<sup>25</sup>, na questão do desemprego ela não apenas possui uma das mais altas taxas, entre as metrópoles estudadas, como poderá ter um aumento significativo do número de desempregados no ano de 2000.

QUADRO III  
PEA, emprego/desemprego em Brasília (DF)- 1997/1999

Indicadores	Nov/97 (1)		Nov/98 (1)		Abr/99 (2)		Set/99 (3)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
População Econ. Ativa (PEA)	862.400	100,0	864.200	100,0	967.400	100,0	883.900	100,0
Desempregados:								
Total	159.100	18,5	166.100	19,2	191.700	22,1	186.900	21,1
- Aberto	94.600	11,1	104.600	12,1	128.600	14,8	121.800	13,8
- Oculto pelo Trabalho Precário	42.200	4,7	35.700	4,1	35.100	4,1	37.600	4,2
- Oculto pelo Desalento	24.300	2,8	25.800	3,0	28.000	3,2	27.500	3,1

Fonte: (1) CODEPLAN-PED. *Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF. Resultados*. Nov/98, p.5.

(2) Idem, idem -abr/99, p. 5.

(3) Idem, idem - set/99, p. 5.

Ainda para Brasília, as pesquisas da PED demonstram taxas em ascensão desde Julho de 1994, com 14,8% de desempregados totais, passando a 17,9% em Julho de 1997 e a 21,9%, em Agosto de 1999 (Quadro IV). A partir de Agosto, todavia, há o que os técnicos denominam emprego sazonal, isto é, empregos criados para atender à demanda das festas de fim de ano. Desta forma, em Julho de 1994, havia 14,8% desempregados, mas em Outubro do mesmo ano a taxa caiu para 13,3%. Do mesmo modo, a taxa de desemprego em Agosto de 1999, encontrava-se no elevado patamar de 21,9%, baixando, em Outubro do mesmo

<sup>25</sup> A respeito de Brasília, ver PAVIANI, ALDO (org.). *Brasília - Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania*. Brasília, Editora UnB, 1999.

ano, para 20,5%. O que se observa nesses dados é que nos meses de Julho, desde 1994 até 1998, as taxas se mostram ascendentes, o mesmo acontecendo nos meses de Outubro, de 1994 a 1999. Apesar das taxas dos meses de Outubro terem uma ligeira queda em relação aos correspondentes meses de Julho dos respectivos anos, as previsões indicam que, passadas as contratações temporárias de fim de ano, a tendência é de incremento do desemprego.

QUADRO IV  
Taxas de Desemprego no DF 1994/1999

Julho/1994	14,8	Outubro/1994	13,3	Agosto/1999	21,9
Julho/1995	15,8	Outubro/1995	15,6	Setembro/1999	21,1
Julho/1996	17,8	Outubro/1996	16,2	Outubro/1999	20,5
Julho/1997	17,9	Outubro/1997	18,5		
Julho/1998	19,9	Outubro/1998	18,7		

Fontes: CODEPLAN-PED. *Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF. Resultados* – (diversas edições).

Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, a «queda do número de trabalhadores sem ocupação é o resultado da criação de vagas temporárias para vendas de Natal». Nessa mesma reportagem, a diretora técnica do DIEESE, LILIAN MARQUES, declara que «no início do próximo ano, não haverá mais as vagas provisórias do comércio de Natal e muita gente jovem, que acabou de se formar, entrará no mercado de trabalho»<sup>26</sup>.

Os dados, de forma crescente, denunciam o incremento dos que não conseguem trabalhar. Uma das conseqüências previsíveis é o aumento do número de pobres em todas as grandes cidades brasileiras. Isto vem sendo avaliado na mídia, principalmente na imprensa escrita. Diários importantes como a *Folha de São Paulo*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e o *Correio Braziliense*, além das revistas semanais *ISTOÉ* e *VEJA*, vêm acompanhando a evolução das estatísticas e se ocupando em descrever a situação que os dados acima permitem observar. Desse modo, não desejando remontar à década de 80, avaliamos que a cronologia do desemprego dos anos 90, possui duas ramificações e uma política.

As ramificações do desemprego (o da órbita pública e o do setor privado) obedecem a uma mesma lógica, qual seja a de reduzir custos. No setor público,

<sup>26</sup> «Desemprego no DF cai para 20,5%». Notícia, apoiada em dados do DIEESE, do jornal *Correio Braziliense*, edição de 16 de Dezembro de 1999, p. 29.

a redução do déficit tem uma de suas raízes em acordos com o FMI. No setor privado não apenas são cortados empregos com a eliminação de postos de trabalho, como também o *lobby* do empresariado pressiona o Congresso Nacional para obter legislação que reduza o impacto da folha de pagamento das empresas e, com isto, amplie a lucratividade em detrimento de «benefícios sociais» previstos na Carta Magna brasileira.

Comprovam esta constatação, notícias como a de que «emprego da indústria volta a cair» e «menos trabalhadores para produzir mais aço»<sup>27</sup>. A informação se baseia no fato de que, em 1990, eram 115.000 trabalhadores no setor e que, em 1997, eles foram reduzidos a 65.000. Mesmo com a redução do número de trabalhadores a indústria produziu maior tonelagem de aço. Já em 1999, a «taxa de desemprego no ABC volta a subir e chega a 23,1%», divulga o jornal *Folha de São Paulo*<sup>28</sup>.

Na seqüência, é noticiado que «muda o seguro desemprego», ao mesmo tempo em que o governo federal teve que pagar seguro desemprego no valor de R\$ 3,3 bilhões para cerca de 4,3 milhões de desempregados, em 1997, e que a «redução da jornada de trabalho» arquitetada para «aumentar o número de postos de trabalho», não teve êxito<sup>29</sup>. Essa mesma constatação é feita em São Paulo, onde foi publicado que «vagas não recuperam perdas da década», pois, «mesmo com crescimento, em 1997, o país já viu sumir 2,1 milhões de empregos formais nos anos 90»<sup>30</sup>.

Nos anos 90, a mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que procura reduzir o peso da folha salarial do setor privado, aumenta o desemprego. Desta forma, divulga-se que «o governo aprova o contrato temporário para tentar combater o desemprego» e que havia sido aprovado «o projeto que permite contratar, por tempo determinado, pagando menos encargos»<sup>31</sup>. Denuncia-se a política do governo federal: «A batata quente do desemprego», em que se afirma estar o governo colhendo «uma das seqüelas mais graves da subida dos juros em 1997»<sup>32</sup>. Tudo isto para constatar-se que «as raízes da nova pobreza são antigas»<sup>33</sup>.

<sup>27</sup> *Correio Braziliense*, respectivamente edições de 9/9/97, p. 19 e de 14/9/97, p. 27.

<sup>28</sup> O ABC paulista é constituído por cidades onde se concentram as principais montadoras e metalúrgicas do país, como Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. O dado referido pela *Folha de São Paulo* se apoia em levantamento de emprego/desemprego do DIEESE e foi publicado na edição de 25/9/1999, p. 2-10.

<sup>29</sup> *Correio Braziliense*, de 24/9/97, p. 15. «Redução da jornada de trabalho não aumenta emprego».

<sup>30</sup> *Folha de São Paulo*, edição de 26/10/97, p. 2-6 – Caderno de Economia.

<sup>31</sup> Revista *ISTOÉ*, edição de 21/1/98, n. 1477, p. 20 e Revista *VEJA*, n. 1530 (31) 3: 29: «Carga reduzida».

<sup>32</sup> Revista *VEJA*, edição 1537, 31 (10): 96-97.

<sup>33</sup> Revista *VEJA*, de 22/9/1999, edição 1616, 32 (38): 124-125.

Todos os malabarismos para reduzir o chamado 'custo Brasil', a partir dos anos 90, foram tidos como homeopáticos, insuficientes ou mesmo inócuos. Assim, quase ao final da década, isto é, nos primeiros meses de 1998, já se levantam dúvidas e críticas àquelas medidas para a redução dos encargos sociais e da folha de pagamento das empresas. Notícia-se que o «contrato de trabalho recebe críticas»<sup>34</sup> para, em seguida informar que «poucas empresas aderem às vantagens do contrato de trabalho por tempo determinado», sendo, portanto, uma «alternativa rejeitada»<sup>35</sup>. Era de se esperar que todo o movimento para reduzir gastos acabasse se refletindo de duas formas no setor produtivo: a primeira, logicamente é a de que os rendimentos de trabalhadores sofressem redução, seguida de um brutal impacto sobre a manutenção de empregos: «São Paulo tem 1,5 milhão de desempregados», o que representa 17,2% da respectiva PEA<sup>36</sup> da região metropolitana, em Março de 1998, sendo a maior taxa desde 1985, segundo dados do DIEESE, divulgados na matéria do referido matutino.

Por seu lado, o setor governamental não obtém sucesso no «Plano de Desligamento Voluntário» (PDV). Em meado de Setembro de 1999, é divulgado que o «PDV atrai 3,6 mil servidores» e que o Plano de 96 não atingiu objetivos»<sup>37</sup>. Enquanto isto, o aumento dos juros fazem o Brasil ser o primeiro no *ranking* mundial e se constata o incremento de falências e concordatas e inúmeros escândalos no setor de empréstimos bancários pelo Banco Central brasileiro, quando bilhões de reais foram repassados a bancos privados e públicos para evitar crise e 'corrida aos bancos' por parte dos correntistas. Ainda no setor governamental volta-se a ameaçar certas vantagens dos empregados como o «fim do seguro desemprego»<sup>38</sup>.

Ao final dos anos 90, como em finais de quaisquer anos da década precedente, as 'festas de fim de ano', trazem alento para o comércio, que contrata temporariamente para fazer frente ao incremento do período de compras. Passado o período de festas, os «empregados temporários» são desmobilizados, o que incrementa as taxas de desemprego nos primeiros meses do ano, como foi referido anteriormente. Poder-se-ia mapear as regiões de incidência da violência do desemprego, com a de surtos de criminalidade, e de delitos, da assim denominada violência urbana. Pode-se prever que haveria coincidência, ao menos no caso brasileiro.

Ao final do ano de 1999, a rede de TV noticia que a «indústria fechou 1.400.000 postos de trabalho em 8 anos» e que o ano se encerra com 7.700.000

<sup>34</sup> *Correio Braziliense*, edição de 27/3/1998, p. 17.

<sup>35</sup> *Correio Braziliense*, edição de 28/3/1998, p. 16.

<sup>36</sup> «Rendimentos de trabalhadores em baixa», *Correio Braziliense*, edição de 28/3/1998, p. 17 e «São Paulo tem 1,5 milhão de desempregados», *Folha de São Paulo*, edição de 28/3/1998, p. 2-1.

<sup>37</sup> *Correio Braziliense*, edição de 18/9/1999, p. 20. Ver também artigos referidos na nota 7.

<sup>38</sup> «Benefícios ameaçados», *Correio Braziliense*, edição de 6/11/1999, p. 20.

desempregados no país, prevendo-se que o ano de 2000 não apresentará melhoras, pois o número de desempregados se elevará para 8.300.000 em todo o território brasileiro. Agrega-se a este quadro a informação de que o país deveria crescer algo ao redor dos 5,5% para atender aos jovens que ingressam no mercado de trabalho <sup>39</sup>. Essa marca não será atingida de forma alguma, pois estima-se que o PIB cresça apenas 0,5% em 1999 <sup>40</sup>. Em meado de Dezembro de 1999, estimava-se no Ministério do Planejamento que o PIB cresceria 0,8% <sup>41</sup>, pouco diferindo do que havia sido divulgado um mês antes. Com isto, volta-se ao tema central desta contribuição: há no Brasil incremento da pobreza pelo círculo vicioso dos custos que são cortados na folha de pagamento de governo e de empresas, reforçando a eliminação de postos de trabalho, isto é produzindo-se lacunas de trabalho, e elevando-se o número dos 'sem teto', dos 'sem terra', dos 'sem trabalho' e dos desalentados que, morando na rua ou não, fazem aumentar o contingente de miseráveis, sobretudo nas grandes cidades brasileiras.

Nesta mesma direção, escreve MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: «o desemprego sempre afeta os trabalhadores de maneira desigual. Nesse «inferno astral» que os atingiu nos anos 90, ocorreram alterações significativas na estrutura e no tempo de desemprego. Entre 1989 e 1998, o desemprego cresceu relativamente mais entre homens e mulheres de idade superior a 40 anos e, paradoxalmente, para os de maior escolaridade. Tais dados demonstram a falsidade da argumentação do governo e de seus economistas, que, depois de negarem o crescimento violento do desemprego, tentaram atribuí-lo à desqualificação do desempregado. O tempo médio de desemprego, que era de cerca de 15 semanas em 1989, passou para 36 semanas em 1998 e alcançou 40 semanas em 1999» <sup>42</sup>. Estes dados, apoiados em fonte confiável, corroboram a tese central deste trabalho, em que se sustenta ser o desemprego um dos responsáveis pela exclusão sócioespacial. Como este desemprego já não é mais conjuntural, mas passou a ser estrutural, em função de políticas atreladas à banca internacional e à globalização, estima-se que a geografia do Brasil um ano antes da entrada de novo século (e milênio) será extremamente modificada pela ampliação da pobreza e da miséria no país.

---

<sup>39</sup> Edição do *Jornal Nacional* da TV Globo, edição de 13/12/1999.

<sup>40</sup> «PIB brasileiro tem queda de 0,18%», *Correio Braziliense*, edição de 13/11/99, p. 20.

<sup>41</sup> «Última estimativa do governo é que o PIB cresça 0,8% este ano». *Folha de São Paulo*, edição de 18 de Dezembro de 1999, p. 2-1, com declarações do Ministro do Planejamento Martus Tavares, que «se diz surpreso com o resultado».

<sup>42</sup> TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO, «O Brasil desempregado», publicado na *Folha de São Paulo*, edição de 19 de Dezembro de 1999, p. 2-2.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

O quadro que se descreve não leva a se pensar em melhoras no setor produtivo e na administração pública, o que continuará gerando desempregados. Costuma-se prever que 'sem crescimento' o desemprego não cessará. A década de 90 se encerra com um aumento do PIB positivamente ridículo (0,5%), após um período de estagnação, falências e ameaças ao funcionalismo público. Mas, para que os pobres e miseráveis passem a ter sua cidadania respeitada, não basta 'crescimento econômico' e geração de riquezas: há que se distribuir essa riqueza (gerada socialmente). Assim, há que modificar a política de juros altos, que levam à falência milhares de empresas, mas igualmente que atualizar o salário mínimo, atualmente de R\$ 136,00 (algo em torno de US\$ 75,00). Além de dar melhor retribuição ao trabalho assalariado, a 'oitava economia' do mundo deverá melhorar também seu *ranking* de 'desenvolvimento humano', que situa o Brasil no alto patamar de 79.<sup>a</sup> posição entre os 174 países elencados pela ONU. Mas, isto somente será possível incrementando-se a distribuição dos bens socialmente produzidos como educação, saúde pública, transporte, lazer e outros. Além disto, o governo federal deverá reavaliar seus compromissos com a banca internacional. Deverá também rever a idéia de pagamento da dívida externa, que exaure o tesouro nacional apenas com os juros do principal, que, segundo alguns economistas, já foi devidamente resgatado ao longo das últimas décadas. Nesta direção, deverá ainda rever os compromissos tomados para as privatizações de empresas nacionais. As que foram privatizadas nos últimos anos, têm conduzido ao desemprego de grande massa de trabalhadores. Sem medidas severas nesse sentido, a pobreza, certamente aumentará, como também aumentarão os desalentados, os moradores de rua e os miseráveis sem conta que mal sobrevivem nos campos e nas cidades brasileiras. Portanto, o governo deverá erguer barreiras aos que praticam o extrativismo financeiro no Brasil, causando verdadeira sangria ao tesouro nacional. Será o grande desafio para o novo século e milênio que se aproximam.